

LAVA JATO Expectativa é a de que a colaboração deve mostrar como grupo de Michel Temer atuava

Funaro assina delação e detalhará atuação como operador do PMDB

**POR FÁBIO SERAPIÃO,
BEATRIZ BULLA E
FÁBIO FABRINI**
Estádio Conteúdo, Brasília

O corretor Lúcio Bolonha Funaro assinou um acordo de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República (PGR) no qual vai detalhar sua atuação como operador financeiro do PMDB da Câmara dos Deputados. O grupo político é liderado pelo presidente Michel Temer e tem como principais integrantes os atuais e ex-ministros Eliseu Padilha, Moreira Franco, Geddel Vieira Lima e Henrique Eduardo Alves. Além deles, outro importante representante dos peemedebistas da Câmara é o ex-deputado Eduardo Cunha, preso em Curitiba por ordem do juiz Sérgio Moro. O acordo foi assinado na tarde de ontem, na sede da PGR.

As revelações de Funaro serão utilizadas nas denúncias contra Temer que Rodrigo Janot deve oferecer antes de deixar a Procuradoria. Denunciado por corrupção passiva, o presidente é investigado ainda em inquéritos que apuram os crimes de obstrução de justiça e organização criminosas. Nos dois casos, o corretor deve contribuir com informações.

Os temas dos anexos entregues por Funaro foram aceitos por Janot e a partir desta semana ele inicia uma rodada de depoimentos aos procuradores da Lava Jato. Para facilitar a logística, o corretor novamente deixou



Helvio Romero/Estádio Conteúdo / 31.7.2014

Funaro promete explicar aos investigadores como o PMDB atuava em órgãos públicos

o Complexo Penitenciário da Papuda e está na Superintendência da Polícia Federal em Brasília.

Funaro chegou à PF na segunda-feira. Passou a tarde conversando com a equipe do advogado Antônio Figueiredo Basto, responsável pela negociação. Por volta das 18h, recebeu a visita do delegado Marlon Cajado, responsável pela investigação da Operação Patmos, desdobramento da delação

ação penal da Operação Sêpsis, na qual foi preso em 1º de junho de 2016.

No local, Funaro e seu advogado, Bruno Espineira, informaram ao juiz Vallisney de Souza Oliveira o compromisso agendado para assinatura do acordo na PGR. Por volta das 19h25, o corretor deixou o prédio da Justiça e seguiu para PGR em uma viatura da Polícia Federal onde assinou a colaboração premiada.

Entretanto, Funaro e PGR modificaram algumas cláusulas da minuta do acordo, o que arrastou a assinatura para ontem. Na tarde de hoje, Funaro chegou a ir para a Justiça Federal de Brasília onde teria uma audiência da

ação penal da Operação Sêpsis, na qual foi preso em 1º de junho de 2016.

Lava Jato denuncia Bendine por corrupção

ESTÁDIO CONTEÚDO
São Paulo

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras Aldemir Bendine. Também são acusados os empresários Marcelo Odebrecht e Fernando Reis, os operadores André Gustavo e Antônio Carlos Vieira da Silva e o doleiro Álvaro Novis. Os crimes atribuídos aos grupos são corrupção passiva, corrupção ativa, lavagem de dinheiro, embaraço à investigação e organização criminosa.

Bendine é acusado de exigir R\$ 17 milhões em propinas da Odebrecht. Segundo a investigação, ele acabou recebendo R\$ 3 milhões em três parcelas de R\$ 1 milhão entre junho e julho de 2015 enquanto ocupava a presidência da Petrobras. Em troca teria agido em defesa dos interesses da empreiteira. Bendine foi preso em 27 de julho na Operação Cobra, 42ª fase da Lava Jato.

O executivo esteve à frente do Banco do Brasil entre 17 de abril de 2009 e 6 de fevereiro de 2015 e foi presidente da Petrobras entre 6 de fevereiro de 2015 e 30 de maio de 2016.

A investigação da Operação Cobra apontou que, na véspera de assumir a presidência da estatal petrolífera, Bendine e um de seus operadores novamente solicitaram propina a Marcelo Odebrecht e Fernando Reis. O pedido teria ocorrido para que o grupo empresarial Odebrecht não fosse prejudicado na estatal, inclusive em relação às consequências da Operação Lava Jato.

BNDES

Agripino Maia é acusado de receber propina

MARCO ANTÔNIO JR.
A TARDE SP

A Polícia Federal (PF) acusa a participação do senador José Agripino Maia (DEM-RN) em esquema de propina no financiamento do BNDES destinado às obras na Arena das Dunas, estádio em Natal para a Copa de 2014.

O senador teria recebido R\$ 2 milhões em valores ilícitos da OAS. O inquérito foi concluído ontem no Supremo Tribunal Federal (STF), em uma investigação que já resultou na prisão e indiciamento de deputados federais e do ex-governador do estado Henrique Eduardo Alves.

Em nota, a PF informou que o senador está envolvido "na solicitação e recebimento de vantagens indevidas da empresa OAS em troca de seu auxílio político na liberação de recursos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

O senador teria recebido R\$ 2 mi em valores ilícitos da OAS. O inquérito foi concluído no Supremo Tribunal Federal (STF)

mico e Social (BNDES) direcionados à construção da Arena das Dunas, em Natal/RN, no ano de 2013".

O repasse ocorreu de duas formas, segundo a investigação: doações eleitorais oficiais, entregues ao território do DEM, e repasse em espécie, que transitaram por contas do investigado e de



Wilson Dias / Agência Brasil / 31.8.2016

Agripino Maia nega qualquer ilicitude em suas ações

Henrique Eduardo Alves (PMDB).

Defesa

A reportagem de A TARDE tentou contato com a assessoria de imprensa e diretamente com o senador, que não foi localizado. Em nota, Agripino criticou que "a acusação que me fazem é de ter exercido influência para que o BNDES efetuasse o pagamento de faturas decorrentes de um autofinanciamento contratado pela própria OAS junto ao banco.

Tenho certeza de que as investigações vão terminar pela conclusão óbvia: que força teria eu, líder de oposição na época, para liberar dinheiro do BNDES, cidade impenetrável do PT?", disparou. Antes do indiciamento, Agripino Maia já havia negado envolvimento no esquema de corrupção envolvendo a construção do estádio na capital potiguar.

EXAME

Moro solta Vaccarezza com fiança

ESTÁDIO CONTEÚDO
São Paulo

O juiz federal Sérgio Moro mandou soltar o ex-deputado federal Cândido Vaccarezza ontem. O magistrado impôs fiança de R\$ 1.522.700, a ser paga em dez dias, e cinco medidas cautelares.

"Proibição do exercício de cargo ou função pública na administração pública direta ou indireta; compromisso de comparecimento a todos os atos do processo; proibição de deixar o país, com a

entrega do passaporte a este Juízo em 48 horas; proibição de contatos com os demais investigados, salvo familiares e proibição de mudança de endereço sem autorização do Juízo", determinou o juiz da Lava Jato.

A defesa de Vaccarezza havia informado à Lava Jato que o ex-deputado tinha agendamento para a segunda-feira, "uma biópsia de próstata diante da constatação de uma alteração na glândula". O advogado Marcellus Ferreira junto aos autos o agendamento.

familiares, entre os anos 2012 e 2014.

A investigação foi baseada na análise de mensagens do celular de José Adelmário Pinheiro Filho, na delação premiada do Alberto Yousef e Rafael Angulo Lopez.

"Diante dos suficientes indícios de materialidade e autoria, foram então impu-

tadas as condutas de corrupção passiva qualificada e lavagem de dinheiro ao senador José Agripino Maia; lavagem de dinheiro a Raimundo Alves Maia Júnior; corrupção ativa a José Aldemário Pinheiro Filho; além de crime de prevaricação a Carlos Thompson Costa Fernandes - conselheiro do

TCE-RN à época dos fatos", concluiu a PF.

A construção do estádio de Natal para a Copa do Mundo, que custou cerca de R\$ 400 milhões, também é alvo de outra investigação da PF que resultou na prisão em junho do ex-ministro do Turismo e ex-presidente da Câmara dos Deputados

Henrique Eduardo Alves (PMDB).

A construção do estádio de Natal para a Copa do Mundo, que custou cerca de R\$ 400 milhões, também é alvo de outra investigação da PF que resultou na prisão em junho do ex-ministro do Turismo e ex-presidente da Câmara dos Deputados

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CREDENCIAMENTO 01/17, 2º aviso de chamada. Objeto: credenciamento de profissionais prestadores de serviços na área de saúde. De 23/08 a 25/08/2017 na SEC. de Saúde, R. Faustino Lopes Ribeiro, s/n, informações no 74 36582154 ou credenciamento: canaranaba@gmail.com Canarana/BA, 23/08/17. Geinatan Marques Almeida, Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
CNPJ nº 13.646.005/0001-38

AVISO DE REABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2017-SRP

A Prefeitura Oficial do Município de Alagoínhas-BA comunica aos interessados em participar da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 020/2017 - BB nº 68552, que tem por objeto a **ADQUIÇÃO DE AR CONDICIONADO, CORTINA DE AR, EQUIPAMENTOS PARA REPARTELANEAMENTO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALAGOÍNHAS-BA**, que a sessão de abertura do relatório certame será no dia 09/09/2017 às 13:00 horas (horário de Brasília), através do site: www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão obter informações sobre o Edital devidamente atualizado e seus anexos através do site: www.licitacoes-e.com.br ou pelo e-mail: licitacoes@alagoínhas.ba.gov.br. Mães informações tel. (0xx35) 3422-5607. E-mail: licitacoes@alagoínhas.ba.gov.br. Alagoínhas-BA, 22/08/2017. Lorena Maria Dantas Prado - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOÍNHAS
CNPJ nº 13.646.005/0001-38

AVISO DE ABERTURA
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2017

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE ESCOLAR, NA LOCALIDADE DENOMINADA POVOADO CAPOEIRA ZONA RURAL DE ALAGOÍNHAS, PARA ATENDER A COMUNIDADE ESCOLAR COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. I. Recebimento de envelopes e abertura no dia 12/09/2017 às 09h. O edital está à disposição gratuitamente no site www.diariosoficiais.org.br/balagoínhas. Mães informações tel. (0xx35) 3422-5607. E-mail: licitacoes@alagoínhas.ba.gov.br. Alagoínhas-BA, 22/08/2017. Roberto Neves de Souza - Presidente da COPEL.**